

PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

Nome do candidato:	 		
RG:			

ORIENTAÇÕES:

- Este caderno contém 15 (quinze) questões objetivas e 1 (uma) dissertação.
- Favor preencher os seus dados acima.
- Não separe as folhas deste caderno. Ele deverá ser devolvido integralmente ao final da prova.
- O candidato poderá levar consigo a Folha de Rascunho que será entregue junto a este caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo. Se houver algum problema, comunique ao fiscal da sala.
- Leia todas as questões objetivas e escolha a resposta que você considera correta.
- Na tabela ao final das questões objetivas, escreva a alternativa correspondente à sua resposta.
- A dissertação deverá ser redigida com caneta esferográfica e conter, no máximo, 20 (vinte) linhas.
- Evite rasuras e outras marcações que possam prejudicar a correção.
- A duração da prova é de 2 (duas) horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas. Não haverá tempo adicional para conclusão de resposta ou preenchimento da folha.
- Ao sair, você deverá devolver ao fiscal o caderno completo, inclusive a folha de respostas.
- Até que você saia do prédio, continuam válidas todas as proibições e orientações presentes nesta folha e no edital publicado na edição de 31 de março de 2022 do Diário Oficial do Estado (Poder Executivo Seção I, p.166).

PARA PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO:			
NOTA DAS QUESTÕES OBJETIVAS:			
NOTA DA DISSERTAÇÃO:			
NOTA FINAL:			



PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) garantir o pluralismo político.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) concretizar a separação dos Poderes.
- d) defender a paz.

2. A respeito de publicações de conteúdo racista nas redes sociais, é correto afirmar que caracterizam

- a) legítimo exercício da liberdade de expressão.
- b) legítimo exercício do direito à privacidade.
- c) ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- d) contravenção penal.

3. Constituem órgãos do Poder Judiciário:

- a) os Tribunas de Contas.
- b) os Juízes dos Estados.
- c) o Ministério da Justiça.
- d) a Advocacia Pública.
- 4. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado, entre outros, o seguinte princípio:
- a) defesa do meio ambiente.
- b) tratamento favorecido para as empresas de grande porte.
- c) livre utilização da propriedade.
- d) intervenção federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

5. São atributos do ato administrativo:

- a) imperatividade, presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.
- b) presunção de legitimidade, publicidade e conveniência.
- c) vinculatividade e discricionariedade.
- d) autoexecutoriedade, competência e forma.

6. A respeito dos servidores públicos, é correto afirmar:

- a) os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.
- b) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- c) os servidores públicos podem acumular até três cargos públicos, desde que seja observada a compatibilidade de horários.
- d) em regra, os subsídios e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis.

7. O princípio da Impessoalidade, que rege o Direito Administrativo, impõe:

- a) publicidade dos atos administrativos.
- b) igualdade de tratamento dos administrados.
- c) favorecimento aos administrados com maior escolaridade.
- d) óbice ao sistema de cotas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

8. São propostas no foro de domicílio do réu, exceto:

- a) as ações fundadas em direito pessoal.
- b) as ações fundadas em direito real sobre bem imóvel.
- c) as ações em que a União, os Estados ou o Distrito Federal forem autores.
- d) as execuções fiscais.

9. De acordo com o CPC/15, marque a alternativa incorreta:

- a) o pedido deve ser certo.
- b) o pedido deve ser determinado.
- c) em determinadas circunstâncias, é lícito formular mais de um pedido, em um único processo, contra o mesmo réu.
- d) pedido alternativo é aquele formulado em ordem subsidiária, para que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.



PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

10. Sobre a contestação, é correto afirmar, exceto:

- a) deverá ser apresentada pela Fazenda Pública no prazo de 15 dias úteis.
- b) incumbe ao réu alegar em contestação a incompetência absoluta ou relativa.
- c) presumem-se verdadeiras as alegações não impugnadas especificamente na contestação.
- d) não havendo apresentação de contestação, o réu será considerado revel e as alegações de fato formuladas pelo autor serão presumidas verdadeiras.

LEGISLAÇAO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

11. Acerca da Procuradoria Geral do Estado, dispõe a Constituição do Estado de São Paulo, exceto:

- a) é instituição de natureza permanente, essencial à administração da justiça e à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador.
- b) o ingresso na carreira depende de aprovação em concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- c) representa judicial e extrajudicialmente as Universidades públicas estaduais.
- d) promove a inscrição, o controle e a cobrança da divida ativa estadual.

12. De acordo com a Lei Complementar nº 1.270/15 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), são órgãos integrantes da Procuradoria Geral do Estado, exceto:

- a) Conselho da Procuradoria Geral do Estado
- b) Centro de Estudos
- c) Subprocuradoria Geral de Arbitragem
- d) Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral

DIREITO TRIBUTÁRIO

13. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) a moratória
- b) o depósito do montante integral
- c) a transação
- d) o parcelamento

14. Extinguem o crédito tributário, exceto:

- a) o pagamento
- b) a concessão de liminar em mandado de segurança
- c) a prescrição
- d) a conversão do depósito em renda

15. Constituem limitações constitucionais ao poder de tributar, exceto:

- a) exigência de lei para instituição ou majoração de tributo.
- b) vedação à cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) vedação à cobrança de impostos sobre livros, jornais e periódicos, sendo permitida, contudo, a tributação do papel destinado à sua impressão.
- d) vedação à utilização de tributo com efeito de confisco.

GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS – PREENCHER AQUI				
1	6	11		
2	7	12		
3	8	13		
4	9	14		
5	10	15		



PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

DISSERTAÇÃO

Discorra a respeito do Princípio da Legalidade, abordando os seguintes pontos:		
(i)	Conceituação;	
(ii)	Fundamento constitucional;	
(iii)	Diferença em relação ao princípio da legalidade aplicável às relações privadas em geral.	